

Joicy Wevilin Vakiuti de Souza
Áurea Dayse Cosmo da Silva



CRESCIMENTO URBANO DE VILHENA/RO

UMA ANÁLISE A PARTIR DOS QUINTAIS URBANOS



ATA DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO

Na data 24/11/2021 realizou-se a sessão pública de defesa do Artigo Científico intitulada **CRESCIMENTO URBANO DE VILHENA-RO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS QUINTAIS URBANOS** apresentada pela aluna **Joicy Wevilin Vakiuti de Souza (2017105070016-7)** do Curso **Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (Vilhena)**. Os trabalhos foram iniciados às **17:30** pelo Professor **Aurea Dayse Cosmo da Silva** presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Aurea Dayse Cosmo da Silva** (Orientadora)
- **Jessica Rodrigues Meneses** (Examinadora Interna)
- **Marília Gaspar de Sousa Lima** (Examinadora Externa)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Artigo Científico, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

APROVADO

Nota: 98

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Aurea Dayse Cosmo da Silva** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

VILHENA / RO, 24/11/2021

Documento assinado eletronicamente por **Joicy Wevilin Vakiuti de Souza**, Discente, em 17/02/2022, às 15:19, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Aurea Dayse Cosmo da Silva**, Orientador, em 16/02/2022, às 11:57, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Jessica Rodrigues Meneses**, Examinador Interno, em 16/02/2022, às 16:13, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Marília Gaspar de Sousa Lima**, Examinador Externo, em 17/02/2022, às 08:06, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - *CAMPUS* VILHENA

JOICY WEVILIN VAKIUTI DE SOUZA

**CRESCIMENTO URBANO DE VILHENA-RO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS QUINTAIS URBANOS**

Trabalho de conclusão de curso entregue ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - *Campus* Vilhena, para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Ma. Áurea Dayse Cosmo da Silva

Vilhena
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca IFRO – Campus Vilhena

C352c

CASTILHO, Joicy Wevilin Vakiuti de Souza

Crescimento urbano de Vilhena – RO : uma análise a partir dos quintais urbanos / Joicy Wevilin Vakiuti de Souza Castilho – Vilhena, Rondônia, 2021.

34f. : il.

Orientadora Profa. Ma. Aurea Dayse Cosmo da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

1. Desigualdade socioespacial 2. Morfologia urbana 3. Produção do espaço urbano I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
– IFRO II. Título

711

Bibliotecária responsável Rosilene Maria do Couto Marques CRB 11/321



Agradeço e dedico esse trabalho primeiramente a Jesus por estar ao meu lado, sempre.

Aos meus pais Denilson Severino de Souza e Silvana Aparecida Vakiuti de Souza por todo amor e apoio ao longo de toda a minha trajetória.

Ao meu querido esposo Marcos Henrique Neiva Castilho, por navegar ao meu lado, segurar a minha mão e alegrar os meus dias.

Aos meus amigos Leonardo Belegante, Ligia Almodovar, Hanny Géssylla, Henrique Gadelha, Hellen Fernandes, Pedro Vieira, Tainá Sousa e Victor Beatto que tornaram o percurso mais bonito.

Agradeço ao Prof. Dr. Juliano Fischer Naves e ao Andrey Chybiak por serem peças tão importantes para a qualidade final deste trabalho.

À professora Jéssica Rodrigues Meneses, que acreditou na relevância desta pesquisa e me auxiliou, com grande sabedoria, no desenvolvimento da primeira etapa deste estudo.

À minha orientadora Áurea Dayse Cosmo da Silva que tanto me incentivou. Sou grata por toda a sua disposição, empatia e por sempre e me mostrar a direção correta através de seu vasto conhecimento.

Por último, mas não menos importante ao IFRO - *campus* Vilhena, por fazer parte da minha história desde cedo.

Agradecimentos

*“Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior do que o mundo.”*

Manuel de Barros

Esta pesquisa buscou refletir o papel dos quintais urbanos para a qualidade de vida da população e para a organização espacial urbana, visto que a dimensão dos terrenos colabora para a forma das cidades e traz consequências para o seu ordenamento. O objetivo do trabalho pautou-se em analisar a evolução da função dos quintais urbanos no Brasil, investigar o papel do mercado imobiliário para a configuração dos novos empreendimentos imobiliários e compreender seus reflexos na forma urbana da cidade de Vilhena/RO. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental. Elaborou-se uma análise a partir de amostras retiradas de áreas descentralizadas e do interior mancha urbana, a fim de quantificar a distribuição de solo urbano e quintais entre as populações de diferentes áreas. Os resultados são produto de cálculos e análises de imagens capturadas por drone, combinados por meio de mapa figura-fundo, em que constatou-se que os bairros residenciais centralizados, próximos às áreas de infraestrutura, possuem dimensão de lote e área de quintal superior aos encontrados nos limites da cidade. Observou-se, também, que houve o lançamento de novos loteamentos sem a completa ocupação nos empreendimentos anteriores, dando surgimento a vazios nas áreas centralizadas da cidade, tornando-as difusas e fragmentadas espacial e socialmente. Constatou-se, portanto, que Vilhena qualifica-se como uma cidade com crescimento espreado e que há desigualdade de acesso ao solo urbano sob a forma de propriedade do solo.

Palavras-chave: desigualdade socioespacial, morfologia urbana, produção do espaço urbano



Resumo



Abstract

This research sought to reflect the role of urban backyards for the quality of life of the population and for urban spatial organization, as the size of the land contributes to the shape of cities and brings consequences for their planning. The aim of this work was to analyze the evolution of the function of urban backyards in Brazil, investigate the role of the real estate market in the configuration of new real estate projects and understand its effects on the urban form of the city of Vilhena/RO. For this, a field, bibliographical and documentary research was carried out. An analysis was carried out from samples taken from decentralized areas and from the interior urban area, in order to quantify the distribution of urban land and backyards among populations from different areas. The results are the product of calculations and analysis of images captured by drone, combined by means of a figure-background map, in which it was found that the residential neighborhoods within the urban mesh have a lot size and backyard area greater than those found in the city limits. It was also observed that there was the launch of new subdivisions without the complete occupation of the previous projects, giving rise to voids within the urban fabric, making it diffuse and fragmented spatially and socially. It was found, therefore, that Vilhena qualifies as a city with widespread growth and that there is inequality of access to urban land in the form of land ownership.

Keywords: socio-spatial inequality, urban morphology, production of urban space

Sumário

1 Introdução

Pág. 11

2 Referencial Teórico

Pág. 15

3 Materiais & Métodos

Pág. 19

4 Resultados & Discussões

Pág. 23

5 Considerações Finais

Pág. 31

6 Referências

Pág. 33

1 Introdução



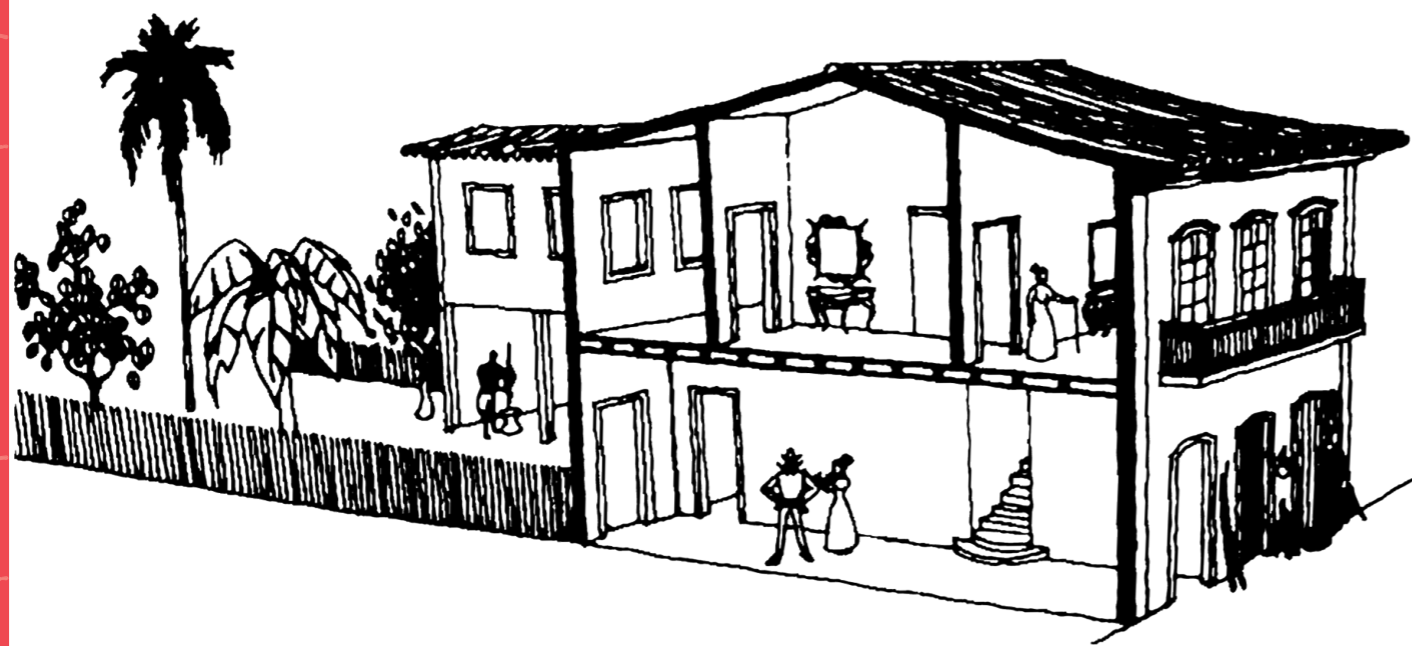


Figura 01 - Corte esquemático de uma residência colonial brasileira
Fonte: REIS FILHO (2000, p.29)

O quintal urbano pode ser definido como um espaço aberto, protegido por muros ou cercas e que está localizado no interior dos lotes. Nele são desempenhadas funções complementares àquelas desenvolvidas no espaço edificado da casa, geralmente ocupado por árvores frutíferas, hortas ou jardins. No entanto, estas atividades tendem a variar em função das mudanças nos modos de vida cotidiano dos moradores (TOURINHO E SILVA, 2016).

Para muitos brasileiros os quintais fazem parte de sua história e memória, pois foi nele que brincaram na terra, cresceram e comeram do que nele era plantado. Desta forma, o quintal urbano, por estar anexo às casas e permitir usos múltiplos, pode ser visto como o elemento natural mais próximo, possibilitando a relação homem-natureza (GOMES, 2009).

Segundo Gomes (2009) os quintais são áreas dinâmicas, no entanto guardam a temporalidade rural, as plantas cultivadas podem alimentar as famílias, serem utilizadas para tratamentos terapêuticos e até complemento da renda familiar. O quintal também é um símbolo social e afetivo, pois ali também se realizam “[...] encontros, festas, rituais de churrasco e casamento [...] podem ocupar essa área plantas, roupas e, às vezes, os animais” (GOMES, 2009, p. 144).

O quintal faz parte não apenas da história da arquitetura brasileira como espaços residuais, como também parte importante da construção morfológica urbana no Brasil. As Cartas Reais revelam a presença dos quintais no Brasil colonial, que regulamentavam a fundação e organização física das cidades. Como é o caso da Carta Real da fundação da cidade de Icó - Ceará, de 1736, a qual o rei determinou que houvesse a limitação e demarcação de ruas retas e largas com espaço para a construção de casas e seus respectivos quintais, o que demonstra não apenas a existência dos quintais, mas sua importância para o bom funcionamento urbano, segundo Jucá Neto (2000, apud SILVA, 2004).

Desde o período colonial, as cidades eram baseadas em tradições urbanísticas portuguesas, em que os lotes eram estreitos e profundos, as casas eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas e as paredes laterais sobre os limites dos terrenos, de forma que as residências estavam localizadas na parte frontal dos lotes e a área livre - correspondente ao quintal - aos fundos (REIS FILHO, 2000), como observa-se na figura 01. De acordo com Silva (2004) o quintal colonial brasileiro, diferente dos padrões europeus e estadunidenses, era utilizado para atividades relacionadas a subsistência e convivência doméstica, o cotidiano privado em relação à vida pública.

Foi a partir do século XX que os quintais deixaram de ser uma necessidade no Brasil. De acordo com Tourinho e Silva (2016), devido ao desenvolvimento industrial, os hábitos de consumo da população se modificaram. Neste cenário, o cultivo de plantas e a criação de animais não era mais essencial, pois os alimentos e medicamentos naturais passaram a ser produzidos em larga escala e eram distribuídos por supermercados e farmácias. O mesmo acontece com o lazer, principalmente infantil, que após 1940 recebeu a disseminação de playgrounds em áreas públicas.

No contexto modernista os quintais passam a ter um novo uso: o de garagem e área de serviço “[...] nesse período, (as garagens) se tornaram elementos imprescindíveis nas casas unifamiliares mais abastadas, o que colaborou para o processo de restrição de área verde nos lotes” (TOURINHO E SILVA, 2016). Macedo (2015) descreve estas e outras modificações ocorridas a com início no século XX:

Dispostas, em princípio, nos fundos da casa, as garagens são colocadas no térreo das instalações de serviços, dividindo o espaço com lavanderias. Pouco a pouco, os quintais passam a ser colocados na frente da casa, ao passo que a parte do fundo do lote é destinada exclusivamente aos pátios familiares. O jardim frontal, destinado a valorizar a arquitetura da residência, é simplificado ao extremo. Ele perde em porte e tamanho, e reduz-se, por vezes, a simples e singelos gramados emoldurados por tufos de vegetação, o que deixa a arquitetura totalmente exposta (MACEDO, 2015, p. 67).

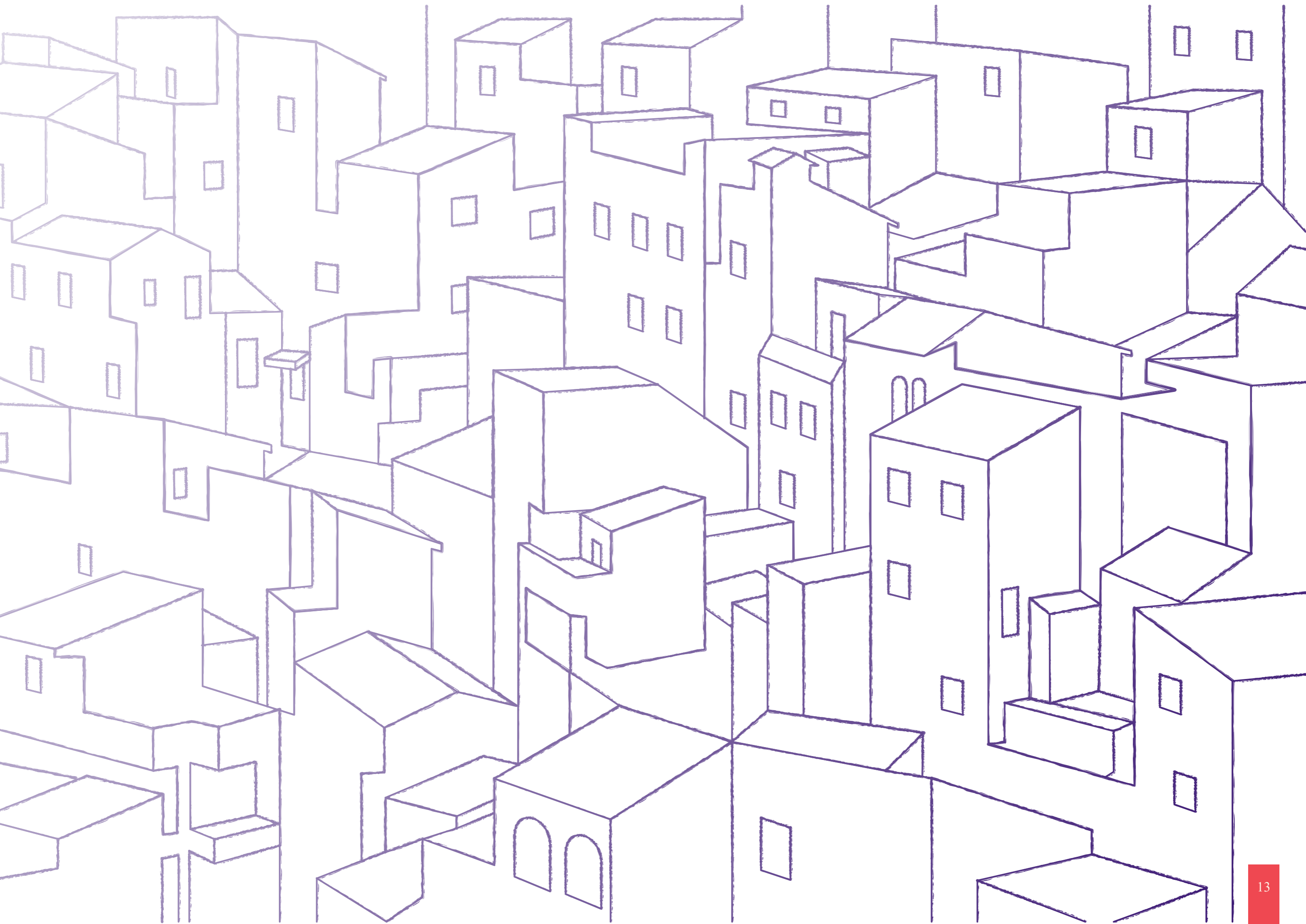
Mesmo com tantas modificações, os quintais, ainda, possuem grande importância. Em um contexto como o da atual pandemia, a Covid-19, estes espaços se mostram ainda mais necessários. Segundo Keeler (2018), ter proximidade com o verde, contato visual com o céu e ar puro, a vivência com o meio natural, encontrado nos quintais, traz benefícios não só emocionais, como também fisiológicos podendo reduzir o estresse, raiva e tensão (BEATLEY; NEWMAN, 2013).

Logo, faz-se necessário ressaltar a importância dos quintais urbanos para a saúde de seus usuários. O recuo que os lotes recebem tornam a abertura de janelas mais facilitada para a entrada de luz solar e ventilação natural (KEELER, 2018), evitando, desta forma, a propagação de doenças, por favorecerem a renovação do ar e reduzirem a possibilidade de disseminação de vírus e a presença fungos. Segundo Gontijo (2020), este é um recurso fundamental para gerar locais mais confortáveis e, acima de tudo, saudáveis, além de possibilitar uma vista agradável aos seus usuários.

Em uma etapa preliminar da pesquisa realizada na cidade de Vilhena - Rondônia, observou-se que o acesso ao solo urbano é desproporcional e desigual à população. Uma vez que através de análises comparativas entre duas amostras com perfis socioeconômicos diferentes, pode-se compreender que os bairros com faixa econômica inferior tem acesso a uma parcela de terra muito reduzida ao se comparar com bairros mais ricos. Isto faz com que nos bairros de renda menor as residências ocupem maior área do lote e a faixa de área destinada ao recuo e quintais seja mínima ou inexistente.

Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo investigar as funções dos quintais urbanos no Brasil e compreender seus reflexos na forma urbana da cidade de Vilhena/RO. Este trabalho visa aprimorar o método de pesquisa desenvolvido na etapa inicial deste estudo, o qual buscou investigar a existência de desigualdade socioespacial por meio da distribuição de solo urbano por população bem como a quantidade média de quintal por habitante em Vilhena-RO, a partir de novas amostras.





2 Referencial Teórico



Segundo Carlos (2007), a discussão da paisagem é uma forma de manifestação do espaço geográfico, em que os movimentos sociais urbanos na reprodução espacial e o papel do Estado no processo de produção do espaço são vistas com base de duas vertentes: como propiciador das condições gerais de reprodução do capital e como gerenciador de crises sociais.

A compreensão do urbano deve surgir de uma reflexão da vida cotidiana, em que o homem é colocado como elemento central na discussão da produção do espaço, que produz seus bens materiais e se reproduz enquanto espécie, produzindo o espaço geográfico e diferenciando-se pelo momento histórico e o desenvolvimento das forças produtivas (CARLOS, 2007).

No entanto, de acordo com Carlos (2007), existe um elo entre sociedade e espaço, já que a produção da vida e o cotidiano das pessoas não é apenas para produção de bens para a satisfação de suas necessidades materiais, constitui também a produção de sua humanidade por meio da produção de relações. Desse modo, ao produzir suas condições de vida por meio das relações capital-trabalho, a sociedade produz o seu espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar e de sentir, colocando o urbano na dimensão humana. Assim, a base da diferenciação espacial é centrada no processo de reprodução das relações sociais que abrange a reprodução ampliada do capital, fator que caracteriza um processo de produção espacial em um processo desigual.

O movimento histórico do processo de produção espacial revela as transformações do espaço geográfico que não é inerte, imóvel e natural, e se apresenta como um produto concreto das relações historicamente determinadas. Além disso, o processo de reprodução do espaço urbano está relacionado às condições da sociedade e determinado por ela, sendo essas que estabelecem o grau e a medida em que se dará a ampliação e o desenvolvimento das relações (CARLOS, 2007).

Pode-se compreender o espaço urbano como uma estrutura espacial complexa, caracterizada por variadas relações sociais, políticas e econômicas. Segundo Gois, Silverol e Dantas (2021):

Essas relações são protagonizadas por distintos atores sociais, mediadas por estruturas, instituições e materializadas no espaço geográfico, configurando as cidades. São essas relações, definidoras da complexidade do espaço urbano, que fazem com que este esteja em constante expansão e transformação, produzindo diferentes processos espaciais como a centralização e a segregação. No entanto, o espaço urbano e a cidade são mais que produtos de relações, pois também influenciam na forma como interagimos uns com os outros e com o próprio espaço (GOIS, SILVEROL E DANTAS, 2021).

Segundo Corrêa (1995), entre os principais agentes na produção e reprodução urbana têm-se os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. São os responsáveis pela produção, financiamento e comercialização de imóveis. Eles estão interessados na obtenção de lucro por meio do valor de troca da terra, buscam investimentos públicos e privados que possibilitem a valorização do solo. Essa valorização depende de características físico-naturais, e são destinadas à parcela da população que pode pagar pelo serviço, como os projetos de HIS - Habitação de Interesse Social - administrada pelo Estado, por exemplo. A variação na valorização do solo influencia de forma direta em seu preço, acentuando os processos de desigualdade e segregação socioespacial.

De acordo com Maricato (2001 *apud* FIX, 2011), o ano de 1850 foi o marco que influenciou a urbanização brasileira devido a generalização crescente da propriedade privada. Nesta data houve

a proibição do tráfico negreiro e foi criada a Lei de Terras, dando início ao processo de mercantilização da terra no Brasil. Antes disso as terras eram obtidas pelos senhores de escravos e fazendeiros por meio da concessão no regime de sesmarias para a produção de alimentos devido à escassez da época. Segundo Fix (2011), doravante a Lei de Terras o solo passou a ter um preço, o qual dificilmente era alcançado por homens livres e escravos que conseguissem a alforria.

No momento em que a terra assume valor de troca, o que antes se tratava de grandes áreas de chácara agora tornaram-se pequenas parcelas de solo. A demarcação dos limites dos terrenos passa a ser mais rigorosa e precisa, onde a paisagem é desenhada como porções regulares, estreitas e bem definidas de forma que as aglomerações urbanas são expandidas por meio de loteamentos (MARX, 1991 apud FIX, 2011).

De acordo com Fix (2011), em 1930 as casas de aluguel foram uma das principais formas de acesso à moradia urbana. A habitação passou a ser compreendida como problema que não poderia ser solucionado apenas pela iniciativa privada, criando-se assim algumas políticas sociais que desempenharam importantes papéis para a habitação, como os IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões - no entanto não suficiente para a solução do difícil acesso a moradia na época.

Em 1950, grande parcela da população brasileira ainda não tinha acesso à promoção imobiliária formal, de forma que as famílias passaram a recorrer à produção da própria casa por meio da autoconstrução, a fim de reduzir os custos de reprodução da força de trabalho. Muitas lutas sociais ocorreram, pressionando o Estado a desenvolver reformas de vários tipos, entre elas as reformas agrária e urbana (FIX, 2021). Haviam, por outro lado, condomínios verticais luxuosos que culminaram ainda mais para a desigualdade social.

Foi a partir de 1990 que as empresas imobiliárias enxergaram uma nova linha de mercado. Condomínios fechados foram então ofertados a uma população que antes não tinha acesso a esse produto. Segundo Fix (2011), nessa época foi lançada uma linha de financiamento chamada Sistema Fácil, onde a proposta consistia em produzir um produto de alto padrão para a classe média e média alta. Em 2002 esse mercado percebeu que o produto poderia ser utilizado também pela classe média baixa, lançando em 2006 os produtos Terra Nova, em 2008 Moradas e em 2009 ambos receberam forte impulso com o programa MCMV - Minha Casa Minha vida - voltado a famílias com rendimentos mensais de 0 a 5 salários mínimos.

As imagens utilizadas para os *flyers* de vendas eram, geralmente, vistas da altura dos olhos dos usuários, privilegiando as fachadas e as áreas sociais e eram acompanhadas por frases com promessas de qualidade de vida e realização de sonhos e não uma vista da escala do empreendimento como um todo. Em fotos aéreas é possível observar o "...caráter popular, a repetição exaustiva de poucas tipologias, a monotonia da paisagem, a distância da mancha urbana" (FIX, 2011, p. 207).

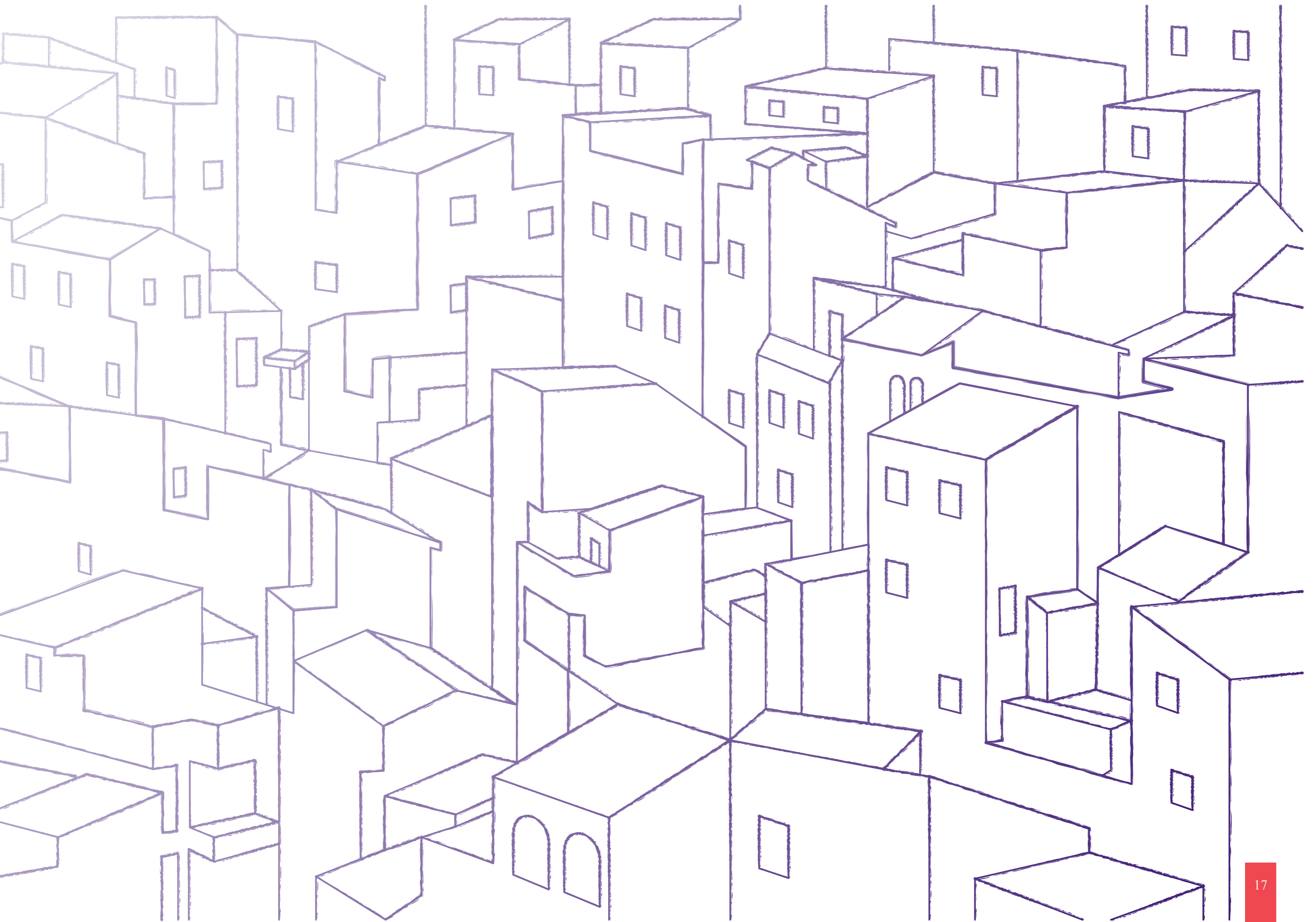
Chatel e Sposito (2015) argumentam que a legislação brasileira não impõe limites suficientes quanto à expansão territorial e à ampliação do perímetro urbano, logo, permite que se amplie a área passível a loteamento transformando áreas rurais em áreas urbanas por meio do parcelamento de glebas internas ao perímetro, favorecendo a incorporação de novos lotes urbanos à cidade, o que pode ocorrer em ritmo acelerado ao crescimento demográfico e reforçar práticas especulativas.

Os loteamentos localizados fora da mancha urbana podem gerar descentralização que acontece quando a "[...] expansão urbana é fomentada pelo crescimento demográfico e pelo surgimento de fatores de atração nas periferias, como menor preço do solo e dos imóveis, implementação de infraestrutura e presença de amenidades geográficas (GOIS, SILVEROL, DANTAS, 2021, p. 44)". A motivação da população ao optar por áreas descentralizadas, segundo Nadalin e Iglioni (2015), acontece também devido à necessidade dos moradores por espaço e bem-estar, pois, teoricamente, dispõem de terrenos mais amplos e que possibilitam a construção de casas térreas com quintais, jardins e piscinas.

De acordo com Japiassú e Lins (2014), as cidades podem crescer de duas formas: horizontal e verticalmente. O crescimento vertical é o aumento de construções uma acima da outra de forma que o uso do solo é intensificado. É comum que haja, nesse caso, desmembramentos e implantações de novas etapas de parcelamento de solo em loteamentos já existentes. Bem como a fragmentação e/ou extensão das unidades residenciais para fins de comercialização ou locação que diminuem cada vez mais a dimensão do espaço urbano utilizado pelas famílias, intensificando o uso do solo (JAPIASSÚ; LINS, 2014 p. 19).

Já o crescimento horizontal precisa de grande espaço físico, pois a cidade se expande por meio de conjuntos de construções dispostas uma ao lado da outra. Esse crescimento descontínuo pode resultar em um tecido urbano difuso e fragmentado espacial e socialmente. Pode provocar, ainda, o espraiamento urbano que acontece quando a cidade cresce de forma desconcentrada, não densa e que deixa vazios dentro da malha urbana, podendo acarretar em grandes consequências para o meio urbano como um todo (NADALIN E IGLIONI, 2015).

A periferização da população, fruto desse espraiamento, aumenta as distâncias de deslocamento casa-trabalho e geram problemas de mobilidade urbana, como engarrafamento e falta de rotas circulares. Cita-se também o menor acesso à infraestrutura urbana, que ao ser instalada em bairros muito distantes sofre aumento de custo e distorção da precificação que acontece quando toda uma cidade paga por benefícios, oferecidos pelo poder público, que serão usufruídos por uma pequena parcela da população. Além, ainda, dos impactos negativos para o meio ambiente: o desmatamento da cobertura vegetal e com ele a impermeabilização de uma parcela maior de área podendo ocasionar em maiores riscos de alagamentos e elevação das temperaturas urbanas, fatores que podem ser amenizados em cidades compactas e verticalizadas (NADALIN E IGLIONI, 2015).



3 Materiais & Métodos



Com base nos objetivos propostos e nas definições apresentadas por Gil (2017), esta é uma pesquisa básica e exploratória. Os procedimentos empregados foram a pesquisa bibliográfica e documental, além do desenvolvimento de estudos de caso em Vilhena/RO. Esta pesquisa possui uma abordagem quantitativa e qualitativa, uma vez que apresenta resultados obtidos através de cálculos e comparações de áreas.

Na etapa de planejamento e coleta de dados, utilizou-se mapas obtidos através de imagens aéreas capturadas por drone e satélites, em que as áreas foram calculadas, tratadas e organizadas por meio dos softwares: *AutoCad*, *Illustrator* e *Excel*.

O método utilizado foi elaborado com base na comparação entre amostras de bairros, visando investigar quantitativamente a relação entre a área construída e a área de quintais dispostas em cada recorte. Logo, calculou-se a média de distribuição de área de quintal por lote, quantidade de pessoas por área total da amostra, área de lote por pessoa e área de quintal por pessoa, por meio das seguintes fórmulas:

Tabela 01 – Descrição matemática da quantificação da área estudada

ÁREA DE LOTES EDIFICADOS	(área total a amostra - área dos lotes sem edificação)
ÁREA DE QUINTAIS	(área de lotes edificados - área construída no lote)

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Tabela 02 – Descrição matemática de distribuição de área por população

MÉDIA DE QUINTAL POR LOTE	(área total de quintal por amostra ÷ nº de lotes)
PESSOAS POR ÁREA	(nº de residências x 3,77)
ÁREA MÉDIA DE LOTE POR PESSOA	(área média de lote ÷ 3,77)
ÁREA MÉDIA DE QUINTAL POR PESSOA	(média de quintal por lote ÷ 3,77)

*Média de habitantes por residência na região norte segundo a Demanda Habitacional no Brasil segundo o IBGE (2012).
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Para definir uma perspectiva de moradores por lote e conseqüentemente, no bairro, utilizou-se como valor de referência o obtido pelo levantamento feito pelo IBGE, constante no documento intitulado Demanda Habitacional no Brasil organizado pela Caixa (2012) acerca da quantidade média de habitantes por domicílios por região. O Norte do Brasil apresenta uma média de 3,77 pessoas por habitação de acordo com os dados apresentados neste documento.

Os resultados quantitativos adquiridos com base nestas fórmulas possibilitaram a investigação da existência de desigualdade socioespacial e a qualificação do espaço urbano a partir dos quintais.

A cidade de Vilhena, *locus* do estudo de caso desta pesquisa, está localizada no cone-sul do estado de Rondônia, como observa-se na figura 02. Nesta pesquisa foram investigadas a distribuição de solo urbano por população bem como a quantidade média de quintal por habitante, por meio de

amostras retiradas dos bairros Cidade Verde III (Amostra A), Residencial Açai (Amostra B), Residencial Orleans (Amostra C), localizados próximos aos limites da cidade e Setor 05 (Amostra D) inserido em uma área mais centralizada da cidade.



Figura 02 – Localização da cidade de Vilhena/RO e das amostras analisadas
Fonte: Google Earth adaptado pela autora (2021)

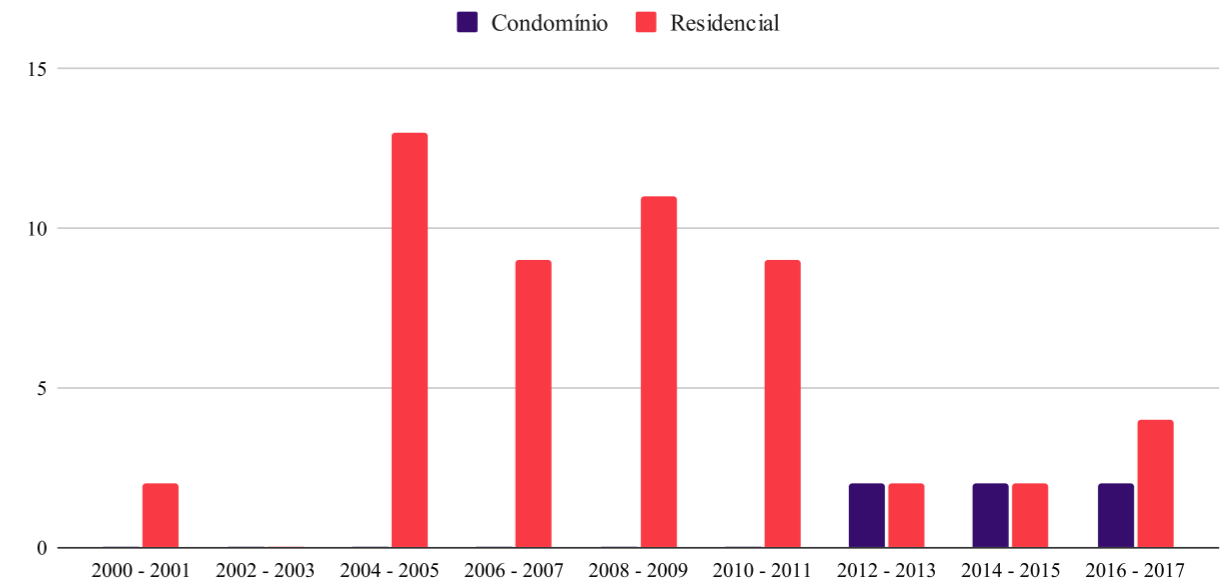


4 Resultados & Discussões



A análise do crescimento urbano de Vilhena e sua relação com os quintais, iniciou-se por meio do levantamento do surgimento de novos loteamentos entre os anos de 2000 até 2017, como observa-se na figura 03, a fim de descobrir em qual período houve a maior expansão territorial urbana e investigar a forma urbana com base nas dimensões dos lotes. Constatou-se que a partir do ano de 2005 houve grande número de projetos residenciais e lançamentos de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal, como é o caso dos residenciais Orleans, Cidade Verde I, II e III, Alphaville I e II, Barão do Melgaço I, II e III, Moisés de Freitas entre outros, além de condomínios fechados como Boulevard, Imperial Park e Campos Elísios, todos localizados em áreas descentralizadas da cidade.

Figura 03 – Lançamento de residenciais e condomínios em Vilhena/RO de 2000 a 2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Vilhena (2021) adaptado pela autora (2021)

A lei que regulamenta o parcelamento de solo no Brasil é a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. O art. 4º, permite que a área mínima de um lote seja de até 125 m², com 5 m de testada. No entanto, acredita-se que seriam necessário lotes de tamanho superior, para residências térreas e com a média de habitantes encontradas nesta região, para que sejam passíveis à criação de quintais eficientes, que possibilitem a entrada de iluminação e ventilação natural, com ainda uma pequena área que possa ser destinada ao lazer, cultivo ou contemplação. Nestas dimensões, ao analisar a construção da residência e sua funcionalidade em espaços inferiores, o quintal provavelmente ficará em segundo plano, tendo área muito reduzida ou até mesmo inexistente.

Em Vilhena, segundo a Lei complementar nº 050/2001 de 13 de dezembro de 2001, o parcelamento do solo é dividido em três especificações que definem loteamentos, como observa-se na tabela a seguir:

Tabela 03 - Parcelamento de solo por categorias

Categoria	Área Mínima	Testada Mínima
Tipo A	450 m ²	15 m
Tipo B	360 m ²	12 m
Tipo C	125 m ²	5 m

Fonte: Prefeitura de Vilhena (2001) adaptado pela autora (2021)

Grande parte dos loteamentos lançados nos últimos anos em Vilhena se enquadram no “Tipo C” e estão localizados próximos aos limites da cidade, como é o caso do Residencial Florença, Cidade Verde I, II e III, Barão do Melgaço I,II e III entre outros. Os residenciais Cidade Verde I, II e III possuem lote padrão de 250 m², no entanto, ao serem desmembrados, processo comum nesta cidade, passam a ter a área mínima permitida regidos no município pela Lei nº 120/2007, parágrafo único do Art. 14 em que permite o desdobro de lotes com área maior ou igual a 250 m² que originem lotes com área mínima de 125 m² com testada de 5 m.

A amostra A (figura 04) foi recortada do bairro Cidade Verde e corresponde a área de 28.690,00 m² distribuídos em três quadras. Este loteamento teve início no ano de 2015 e possui ainda muitos terrenos não edificadas. Os lotes têm tamanho padrão de 250 m², no entanto, parte dos terrenos foram desmembrados, ou seja, subdivididos, aumentando assim a quantidade de habitações com área menor de lote. Em levantamento de campo pôde-se observar que o perfil socioeconômico dos moradores desta amostra se enquadra na classe C, classe média baixa e classe média. Parte das residências aparentam ser financiadas, pois possuem fachadas iguais ou semelhantes, o que torna a paisagem monótona e repetitiva, pode-se observar também, pela figura 04 que há similaridade entre o tamanho das residências, ou seja, possuem metragem quadrada equivalente. Há pouco movimento nas vias e é possível ver algumas crianças brincando em frente às casas. Observa-se ainda a presença de pequenos jardins e quintais, porém com pouca ou nenhuma arborização no bairro.

Figura 04 - Vista aérea da amostra A



Fonte: Acervo do autor (2021)

A amostra B (figura 05) foi recortada do Residencial Orleans, possui 24.000,00 m² distribuídos em 3 quadras. Este loteamento teve início no ano de 2013 e assim como o Cidade Verde III possui muitos vazios no interior de sua malha devido aos terrenos não construídos. Os lotes possuem tamanho padrão de 300 m², porém muitos sofreram desdobro. Em pesquisa de campo pôde-se observar que o perfil socioeconômico mais comum entre as famílias possa ser de classe média e classe média baixa, devido ao padrão construtivo das casas e aproximação de metragem quadrada, ao analisar a imagem aérea, aparentam ter sido feitas para fins de financiamento. Não observou-se crianças brincando nas ruas, porém pode ser resultado da presença da grande praça disposta no bairro, direcionando essas crianças a interagirem em um local livre, gramado e mais seguro do tráfego de veículos.

Figura 05 - Vista aérea da amostra B



Fonte: Acervo do autor (2021)

A amostra C (figura 06) foi recortada do Residencial Açai e tem como data de projeto o ano de 2007. O recorte feito possui 27.165,00 m² e estão distribuídos em 5 quadras. pode-se perceber que trata-se de um residencial habitação de interesse social, em que dispõe inicialmente de residências térreas idênticas, com características arquitetônicas simples construídas em alvenaria e telhados de duas águas. Verificou-se que em muitas das habitações foram construídos “puxadinhos”, construções anexas à construção principal, e aparentemente, feitos por meio da autoconstrução. As ruas possuem pouco movimento de automóveis e é comum ver crianças brincando umas com as outras.

Com a visita in loco notou-se que o perfil socioeconômico dos moradores provavelmente seja de classe baixa.

Figura 06 - Vista aérea da amostra C



Fonte: Acervo do autor (2021)

A amostra D, (figura 07) inserida no interior da mancha urbana, está localizada no Setor 05 e data do ano de 1986. O recorte feito possui 28.800,00 m² que estão distribuídos em 2 quadras. Há presença de arborização no bairro e em horários de pico é comum que haja movimentação de automóveis por pertencer ao setor político administrativo da cidade. Constatou-se, devido a tipologia arquitetônica das casas, o tamanho das residências, elementos construtivos e presença de paisagismo e piscinas, que é possível que as famílias do bairro estejam classificadas como classe média alta e alta.

Figura 07 - Vista aérea da amostra D



Fonte: Acervo do autor (2021)

Na imagem a seguir, figura 08, observa-se que a distribuição de área por quadras pode ser feita de maneiras diferentes. Nota-se que a Amostra D, bairro de perfil socioeconômico superior às demais, possui a área distribuída em apenas 2 quadras, logo com quadras de dimensão superior, de modo que a Amostra C, com perfil socioeconômico inferior possui mesma área distribuída em 5 quadras, estreitas, compridas e com metragem quadrada de quadra inferior.

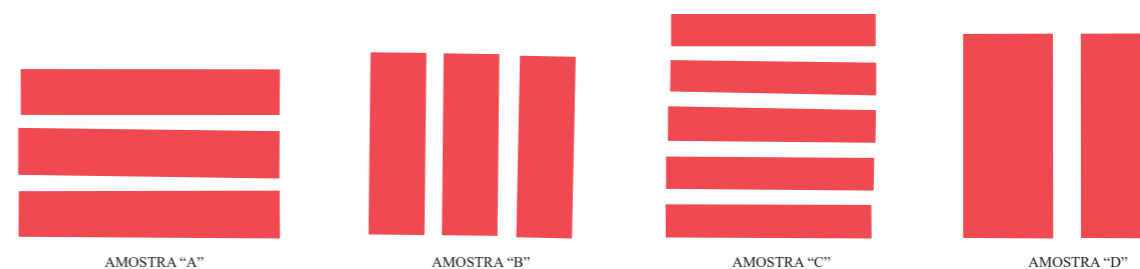
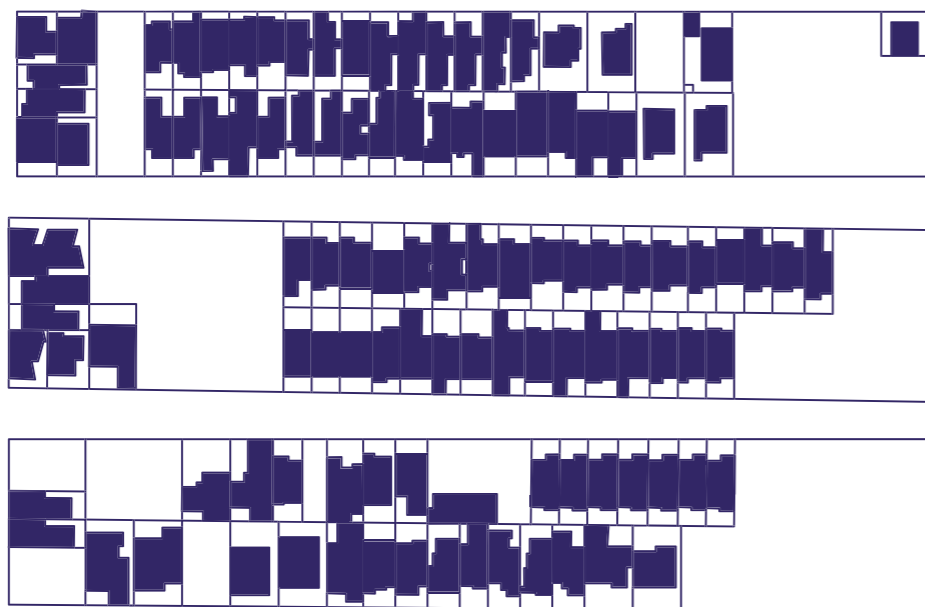


Figura 08 - Comparação de mesma área distribuída de formas diferentes em cada amostra
Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

O mapa Figura x Fundo da amostra A, figura 09, revela o contraste entre a área construída e a área livre de quintais dentro dos limites dos lotes além da quantidade de terrenos não construídos, criando uma paisagem desconcentrada, não densa e que deixa vazios dentro da malha urbana.

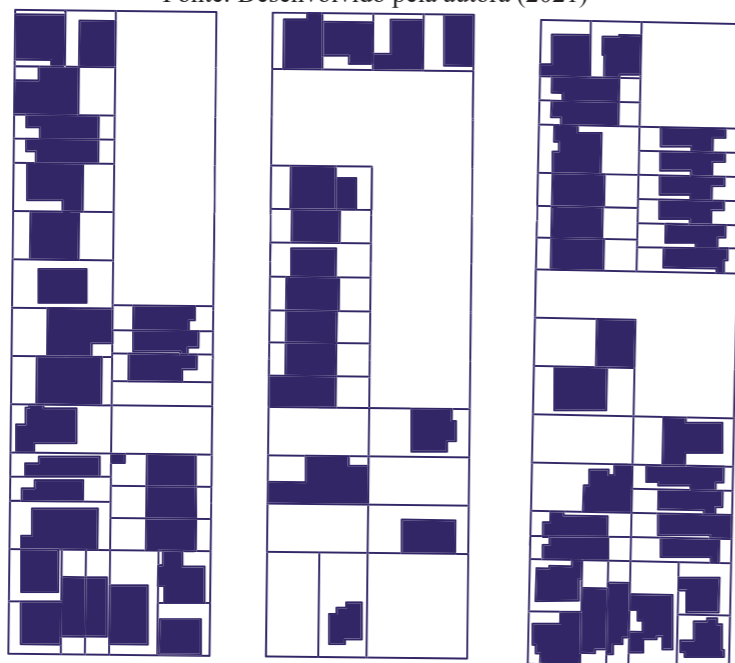
Figura 09 - Mapa Figura x Fundo com a relação da área construída x não construída da Amostra A



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

A figura 10 que consiste no Mapa Figura x Fundo da amostra B demonstra o contraste entre as áreas construídas e não construídas, onde destaca-se a dimensão dos lotes, tamanho dos quintais e a grande quantidade de terrenos vazios. Percebe-se a aproximação de valores ao comparar a Amostra A com a Amostra B, por se tratarem de bairros destinados ao mesmo público alvo.

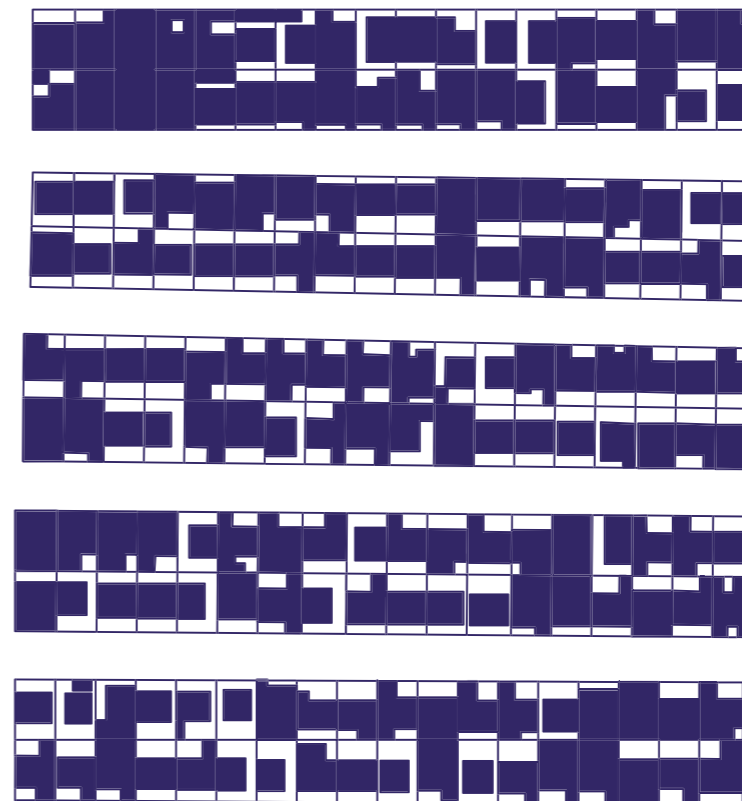
Figura 10 - Mapa Figura x Fundo com a relação da área construída x não construída da Amostra B
Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)



Na figura 11 o Mapa Figura x Fundo demonstra a Amostra C que diferente das amostras anteriores por não tratar-se de loteamentos voltados à classe média, pois consiste em um residencial

popular, direcionado à famílias de baixa renda. Por meio do mapa nota-se a grande quantidade de área construída, deixando pouca margem para a existência de quintais. Destaca-se, ainda, que nesta área não há espaços vazios na malha residencial, tendo densidade superior às amostras anteriores.

Figura 11 - Mapa Figura x Fundo com a relação da área construída x não construída da Amostra C

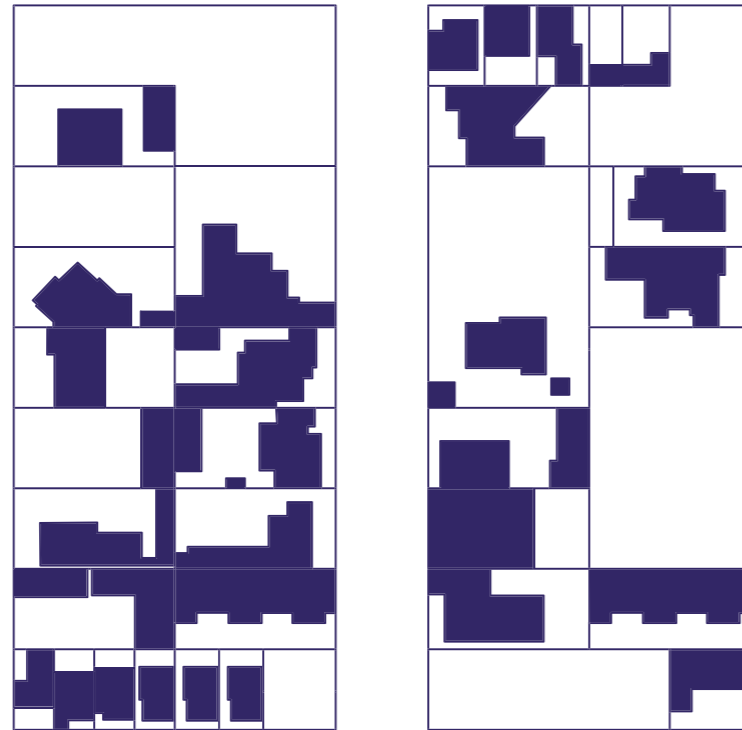


Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Na figura 12, observa-se o Mapa Figura x Fundo referente a amostra D em que percebe-se que a área livre no interior dos lotes é superior ao ser comparada com as amostras anteriores, onde a média de quintais deste bairro corresponde a um valor superior às dimensões médias dos terrenos dos lotes anteriores.

No entanto, mesmo localizado em uma área mais consolidada da cidade, assim como as Amostras A e B, possui grande número de terrenos não construídos, e por se tratar de um bairro localizado no interior da mancha urbana demonstra ainda que é comum mesmo em áreas centrais que exista a presença de vazios urbanos que favorecem o espraiamento urbano.

Figura 12 - Mapa Figura x Fundo com a relação da área construída x não construída da Amostra D



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Na tabela a seguir encontra-se os resultados obtidos ao quantificar as áreas das amostras analisadas:

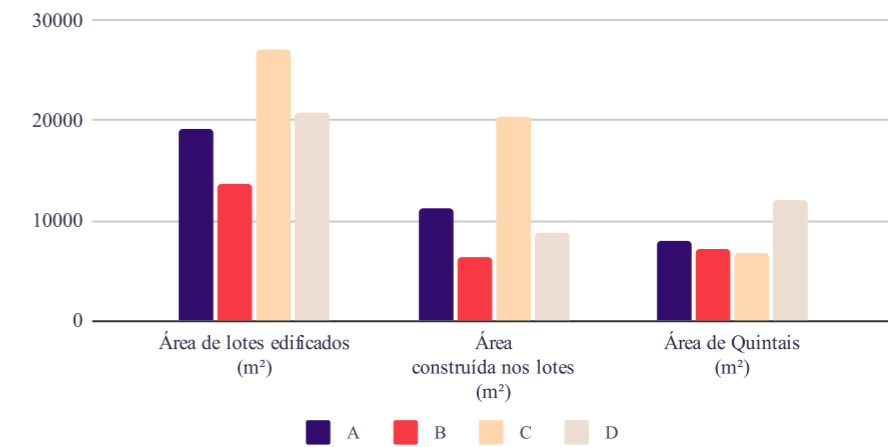
Tabela 04 - Quantificação da área estudada

Amostra	Área total da amostra (m ²)	Nº total de lotes	nº de residências	Área de lotes sem edificação (m ²)	Área de lotes edificados (m ²)	Área construída nos lotes (m ²)	Área de Quintais (m ²)	Área de Quintais (%)
A	28.690,00	151	112	9.494,00	19.196,00	11.292,00	7.904,00	41,17
B	24.000,00	104	77	10.373,2	13.626,8	6.432,27	7.194,53	52,79
C	27.165,00	180	180	0	27.165,00	20.433,12	6.731,88	24,78
D	28.800,00	46	28	8.000,00	20.800,00	8.722,26	12.077,7	58,06

Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Para melhor visualização, a figura 13 demonstra as áreas de lotes edificados, área construída e área de quintais por amostra. A partir dela notou-se que a Amostra C possui maior área de lotes edificados, bem como a maior área construída no interior dos lotes, o que conseqüentemente leva a menor área de quintais, resultado das construções anexas às construções originais criadas pelo programa de habitação. Porém, possui valores próximos aos das Amostras A e B que se tratam de loteamentos voltados ao público alvo de classe média, que não possuem construções anexas, mas lotes de tamanho inferior que acontecem devido aos frequentes processos de desmembramentos.

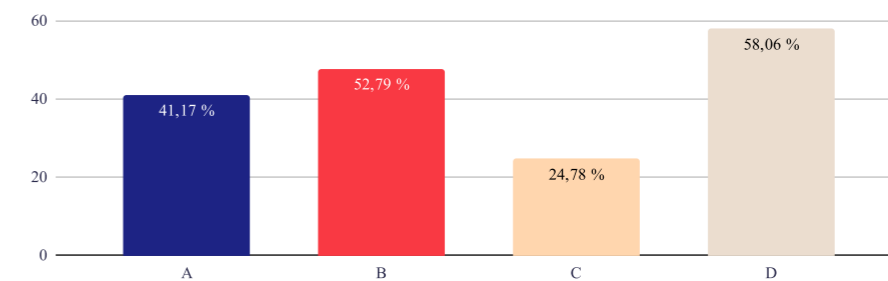
Figura 13 - Área de lotes edificados, área construída nos lotes e área de quintais por amostra



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Ao calcular a porcentagem de área de quintal por amostra, constatou-se que a amostra C possui a menor quantidade de quintais, que pode ser justificado por ser um residencial de interesse social, com tamanho de residência padrão em que cada família possui uma necessidade diferente, tornando comum a ampliação das habitações e reduzindo a área de quintal. As amostras A e B, ambas localizadas próximas aos limites da cidade, possuem área de quintal semelhante. E a Amostra D, localizada na área mais antiga e consolidada entre as amostras, é o recorte com maior área de quintal, como observa-se na figura 14.

Figura 14 - Porcentagem de área de quintal por amostra



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Na tabela 05, observada a seguir, têm-se a distribuição de solo por população em que constatou-se por meio dos cálculos demonstrados na tabela 02 a área média de lotes por amostra, área média de quintal por lote, quantidade de pessoas por área total por amostra, área média de lote por pessoa e área média de quintal por pessoa. Os resultados foram utilizados para a construção dos gráficos a seguir.

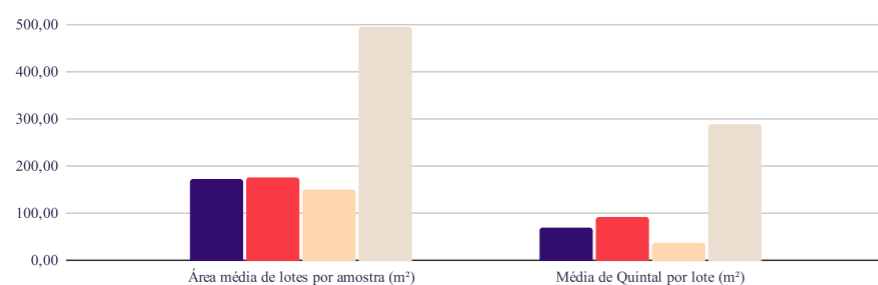
Tabela 05 - Distribuição de área por população

Amostra	Área média de lotes por amostra (m²)	Média de Quintal por lote (m²)	Pessoas por área total da amostra (un.)	Área média de Lote por pessoa (m²)	Área média de quintal por pessoa (m²)
A	171,39	70,56	422	45,46	18,71
B	176,97	74,09	290	46,94	19,65
C	150,92	37,39	679	40,03	9,92
D	495,23	287,56	158	131,36	76,27

Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Na figura 15 é possível perceber as diferenças entre as amostras em área média de lotes e área média de quintal por lote. As amostras A e B, possuem tanto média de lote semelhante como também tamanho de seus quintais semelhantes. Onde as amostras C e D são diretamente opostas, a amostra C possui o menor tamanho de lotes bem como a menor média de quintal e por outro lado a amostra D possui lotes aproximadamente 3 vezes maiores que a amostra C e além de maior área de quintal por lote ao ser comparado com todas as amostras anteriores.

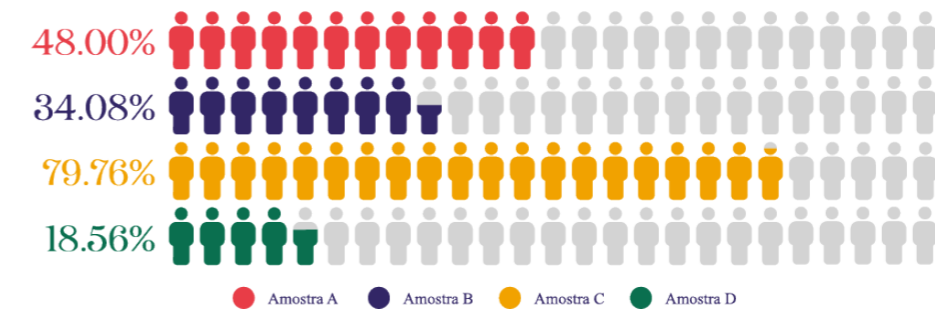
Figura 15 - Área média de lotes por amostra e área média de quintal por lote



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

É possível observar na figura 16, a distribuição de pessoas por área total das amostras. Visualizou-se, mais uma vez, que as amostras A e B, por serem empreendimentos destinados ao mesmo público alvo possui resultados semelhantes, de forma que possuem grande diferença ao serem comparadas com as amostras C e D. A amostra C possui uma quantidade muito superior de habitantes por amostra e conseqüentemente maior adensamento uma vez que possui maior quantidade de residências por área.

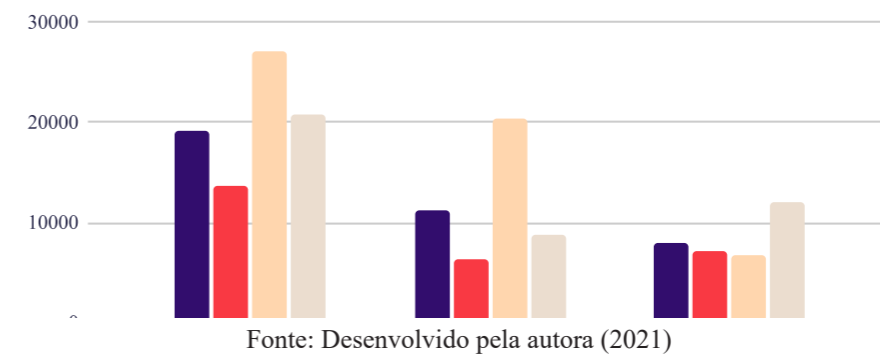
Figura 16 - Distribuição de pessoas por área total das amostra.



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Ao calcular a área média de lote por pessoa, dividindo a área média de lote pela taxa da quantidade média de pessoas por residência, notou-se a repetição dos resultados anteriores, em que as amostras A e B possuem resultados semelhantes de 45,46 m² e 46,94 m², respectivamente, a amostra C possui 40,03 m² e a amostra D 131,36 m², ou seja, detém área média de lote por pessoa de aproximadamente 3 vezes maior que as amostras anteriores. Ao calcular a média de quintal por pessoa constatou-se que a Amostra C possui resultados muito inferiores às demais amostras, onde a Amostra A possui 18,71 m², a Amostra B 19,65, Amostra C 9,92 m² e a Amostra D 76,27 m² de área de quintal por pessoa.

Figura 17 - Área média de lotes por pessoa e área média de quintal por pessoa



Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

Portanto, com base nos resultados das amostras retiradas da cidade de Vilhena/RO, é possível afirmar que os bairros residenciais mais centralizados na malha urbana possuem dimensão de lote e área de quintal muito superior às encontradas em empreendimentos imobiliários localizados próximos aos limites urbanos.

Devido a essas características de crescimento demográfico, a cidade de Vilhena se qualifica como crescimento espreado, conforme o apresentado por Japiassú e Lins (2014), pois cresce de forma horizontal, sendo difusa, descontínua e fragmentada. No entanto, possui também características encontradas no crescimento vertical, com o frequente processo de desmembramento de lotes que levam a uma maior quantidade de habitações em determinado espaço, porém com redução da dimensão do terreno e conseqüentemente de quintais. Segundo Nadalin e Iglioni (2015), a motivação da população ao optar por essas áreas descentralizadas acontece devido a busca por bem-estar

através de terrenos mais amplos que possibilitem a criação de jardim e piscinas, no entanto isso não é o que ocorre em Vilhena, já que os loteamentos encontrados próximos aos limites da cidade são os que possuem menor dimensão de terreno, mas devido ao menor valor de compra do solo, de acordo com Gois, Silverol, Dantas (2021).


Observou-se também que a partir do ano de lançamento e do nível de adensamento dos empreendimentos, há o lançamento de novos loteamentos sem que haja a completa construção nos lotes anteriores, deixando muitos vazios no interior da malha urbana e fazendo com que a cidade se torne cada vez mais espraiada, o que pode culminar em outros problemas urbanos como a periferização da população e acentuar os processos de desigualdade e segregação socioespacial. Além disso, há o aumento dos deslocamentos, podendo ocasionar problemas de mobilidade urbana.

Constatou-se, portanto, que há desigualdade de acesso ao solo urbano sob a forma de propriedade do solo e a segregação socioespacial, uma vez que famílias mais ricas detêm de mais quantidade área de solo urbano do que famílias com rendas inferiores. Esta situação se dá, também, por razões da organização da sociedade em uma atmosfera de interesses políticos, econômicos e de intervenção estatal, entre eles os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, que segundo Corrêa (1995), são responsáveis pela produção, financiamento e comercialização desses imóveis, levando a um acelerado ritmo de crescimento demográfico com a criação de novos loteamentos, voltados principalmente a linhas de financiamento, destinados a regiões cada vez mais descentralizadas e com lotes com dimensões que podem chegar ao valor mínimo exigido pela lei nº 6.766, de 125 m², ou mínima de 250 m², aptas ao desdobro. Este problema é quantitativo e também qualitativo, uma vez que interfere diretamente na organização espacial urbana e na qualidade de vida da população, por reduzir as possibilidades da existência de quintais que atendam às necessidades das famílias.

Visto os resultados obtidos por meio deste estudo, é plausível que o espraiamento da cidade de Vilhena ocorra devido ao grande número de loteamentos aprovados em regiões, até então, externas à malha urbana, que levam a carência de infraestrutura nos novos bairros, maiores distâncias de deslocamento na cidade e grande quantidade de vazios urbanos, tornando a paisagem fragmentada.

5 Considerações finais





Diante da discussão apresentada, pode-se afirmar que o quintal urbano, mesmo com a evolução de suas funções com o passar dos anos, possui valor histórico e de memória, além de serem capazes de somar à qualidade de vida dos habitantes de uma residência, visto que desempenham papel significativo na integração da edificação com a natureza. Salienta-se, por meio dos resultados, que é possível investigar a evolução urbana com base nos quintais urbanos e sua distribuição por população, uma vez que a dimensão dos lotes está diretamente ligada ao crescimento e funcionamento das cidades, além da qualidade de vida de seus usuários.

Esses problemas podem ser amenizados por meio do fortalecimento das Políticas Habitacionais, que levem em consideração as condicionantes locais, que articulem toda a cadeia de produção do espaço urbano, além de utilizar os instrumentos presentes no Estatuto das Cidades, através de revisões do Plano Diretor e adequação lei de uso e ocupação do solo, que incentivem o adensamento e ocupação dos vazios urbanos em áreas consolidadas, como elementos norteadores da expansão da cidade.

Compreende-se que as amostras selecionadas demonstram um perfil característico da cidade *locus* desta pesquisa, pois foi observado por meio dos resultados obtidos que loteamentos localizados em áreas descentralizadas possuem dimensão de lote inferior aos encontrados em bairros centrais da malha urbana e são adquiridos pela população possuem menor preço do solo e não por disporem de maior área de terreno.

Logo, sugere-se que haja novas pesquisas acerca da forma da cidade de Vilhena/RO a partir dos quintais urbanos em comparativo com outra cidade com mesmo porte demográfico, a fim de investigar esse comportamento. A presente pesquisa pode contribuir para a criação de novas políticas urbanas pelo direito à cidade e também ser relevante para futuras discussões acerca dos estudos urbanísticos, uma vez que inicia a discussão da forma urbana a partir dos quintais urbanos.

6 Referências



BEATLEY, T.; NEWMAN, P. **Biophilic cities are sustainable, resilient cities**. *Sustainability*, v. 5, n. 8, p. 3328- 3345, 2013. <https://doi.org/10.3390/su5083328>.

BRASIL. **Lei Federal n. 6.766**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de dezembro de 1979.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço Urbano**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995. 240 p.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 Ed. São Paulo: Editora Atlas, SZSD 2017.

FIX, Mariana A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 2011.

GOMES, A. M. S. et al. **ROTAS E DIÁLOGOS DE SABERES DA ETNOBOTÂNICA TRANSATLÂNTICA NEGRO-AFRICANA: TERREIROS, QUILOMBOS, QUINTAIS DA GRANDE BH**. Repositório Institucional da UFMG. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-8DVGBM>> ACESSO EM: 14 ago 2021.

GONTIJO, Joana. **Ventilação natural é fundamental para evitar a contaminação pela COVID-19**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2020/04/08/interna_bem_viver,1136050/ventilacao-natural-e-fundamental-para-evitar-a-contaminacao-pela-covid.shtml> Acesso em 15 set 2021.

GOOGLE. Google Earth Website. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em 13 out 2021.

GOOGLE. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em 13 out 2021.

JAPIASSÚ, Luana Andressa Teixeira; LINS, Regina Dulce Barbosa. **As diferentes formas de expansão urbana**. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 02, n. 13, pp. 15-25, 2014. DOI <https://doi.org/10.17271/231884722132014764>. Disponível em: <https://publicacoes.amigos-danatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/764> Acesso em: 09 set 2021.

KELLER, Marian. **Fundamentos de edificações sustentáveis**. Tradução: Alexandre Salvaterra. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, p. 93-107 . 2018.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil: 1783-2000**. São Paulo: EDUSP, 2015. 148 p.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp/Nobel, p. 105, 1991.

NADALIN, Vanessa; IGLIORI, Danilo. **Espraiamento Urbano E Periferização Da Pobreza Na Região Metropolitana De São Paulo: Evidências Empíricas**. *Revista Eure*. v. 41, n. 124, set. 2015. ISSN 0717-6236. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v41n124/art05.pdf>> Acesso em: 21 out. 2021.

PAIVA, Andréa de. **Neurociência para Arquitetura: Como o Design de Edifícios Pode Influenciar Comportamentos e Desempenho**. 2018. 27 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Fundação Getúlio Vargas, FGV, Instituto de Desenvolvimento Educacional, São Paulo, 2018.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. 216 p.

REIS, W. C. F. et al. **ENCONTROS AFETIVOS EM QUINTAIS URBANOS: UM ESTUDO SOBRE FAMÍLIAS E SOCIABILIDADE NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR (BA)**. *Revista Ciências Sociais Unisinos*. v. 54, n. 1, jan-abril. 2018. DOI: <https://doi.org/10.4013/>

SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da Silva; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **O papel dos quintais no espaço urbano amazônico.** In: Encontro Da Associação Nacional De Pósgraduação e Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional, 14. 2013, Recife. Anais. Recife, 2013. p. 1-14.

SILVEROL, Aline. C.; GOIS, Gabriela. R.; DANTAS, Jhonatan.dos. S.; AL., et. **Geografia Urbana.** Porto Alegre: Sagah, 2021. 238 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CHATEL, Cathy. **FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RESULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS.** Revista Cidades, [S.l.], v. 12, n. 21, out. 2017. ISSN 24481092. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4870>>. Acesso em: 21 out. 2021.

TOURINHO, H. L. Z.; SILVA M. G. C. A. **QUINTAIS URBANOS: FUNÇÕES E PAPÉIS NA CASA BRASILEIRA AMAZÔNICA.** Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 11, n. 3, p. 633-651, set-dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222016000300006>

UM PÉ DE QUÊ. **Um pé de quê? Assacu.** 22 fev. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qnXQ9UbNWUY&ab_channel=UmPédeQuê%3F> Acesso em: 20 set. 2021.

VILHENA. **Lei complementar municipal nº 050/2001.** Institui o código de posturas do município de Vilhena/RO e dá outras providências. 2001.

VILHENA. **Lei complementar municipal nº 120/2007.** Dispõe acerca do parcelamento do solo. 2007.